A RSC como Dimensão Constitutiva da Identidade nas Cooperativas de Agricultura Familiar – Uma Abordagem Além dos Modelos Corporativos

José Hugo Leite Junior[1,2], Luis Mauricio Martins de Resende[2]

[1]*Instituto Federal do Paraná, Pitanga, Brasil (jose.leite@ifpr.edu.br)*
[2] *Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, Brasil*

Resumo: Modelos de Responsabilidade Social Corporativa são limitados para cooperativas da agricultura familiar. Esta revisão sistemática examinou a intersecção entre cooperativismo e RSC. Constatou-se que a RSC das cooperativas materializa princípios identitários, diferindo da estratégia empresarial. Ferramentas tradicionais são insuficientes ao não capturarem a governança democrática e o impacto territorial. Conclui-se pela necessidade de indicadores alinhados aos princípios cooperativistas.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa; cooperativismo; agricultura familiar; governança democrática; sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Os desafios contemporâneos da sustentabilidade, impulsionados pelas mudanças climáticas e pelo agravamento das desigualdades socioeconômicas globais, colocam em pauta o papel das organizações produtivas e seus impactos na sociedade.

Desde o Relatório Brundtland (UN, 1987), a sustentabilidade passou a ser compreendida como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. No âmbito dessa agenda global, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) consolidou-se nas últimas décadas como uma dimensão estratégica das organizações que buscam alinhar de forma articulada o desempenho econômico, o compromisso social e a sustentabilidade ambiental (Cajaiba-Santana, 2014).

Entretanto, permanece uma lacuna central, pois os modelos dominantes de RSC não capturam a especificidade organizacional das cooperativas. Enquanto a RSC tradicional é frequentemente compreendida como uma adição estratégica ou filantrópica às atividades empresariais, nas cooperativas a dimensão social e ambiental está inscrita na natureza constitutiva da organização cooperativa. Trata-se, em essência, da materialização de seus princípios identitários e de como sua lógica organizacional — baseada na viabilidade econômica, no desenvolvimento social e na gestão democrática — pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Para compreender essa dinâmica complexa, a presente pesquisa adota a inovação social como referencial analítico. Diferentemente da inovação tecnológica, focada primordialmente no mercado e na geração de lucro, a inovação social prioriza a criação de valor coletivo a partir de soluções colaborativas para problemas sociais complexos, contando com o protagonismo das comunidades locais (Garcia-Muiña et al., 2018; Mulgan et al., 2007).

Essa abordagem converge profundamente com a lógica cooperativista, ao atuar como elemento articulador na estruturação das práticas de RSC em Cooperativas de Agricultura Familiar (CAFs). Conforme demonstrado por estudos recentes, as cooperativas podem ser fontes de inovação social justamente por manterem sua identidade de organizações centradas no ser humano e enraizadas nas comunidades, o que contribui diretamente para a criação de valor social e organizacional (Karima et al., 2024).

O cooperativismo, por sua vez, ocupa uma posição estratégica nesse cenário ao conjugar eficiência produtiva com princípios de solidariedade e democracia. No meio rural, as CAFs se destacam como os principais atores para a segurança alimentar, a preservação ambiental e a geração de renda em territórios locais (Grisa; Schneider, 2015; Sabourin, 2017), contribuindo significativamente para o desenvolvimento territorial sustentável.

Entretanto, a configuração organizacional das CAFs apresenta desafios específicos: os produtores rurais

acumulam múltiplas responsabilidades, exigindo competências diversificadas na gestão de suas propriedades e da cooperativa, o que limita sua capacidade de avaliar e gerenciar adequadamente seus impactos sociais.

Evidências empíricas confirmam essas dificuldades estruturais. Estudos demonstram que agricultores familiares enfrentam acesso limitado a informação e recursos essenciais para conformidade com requisitos de sustentabilidade, ficando cronicamente expostos a assimetrias de informação e comportamentos oportunistas na cadeia agroalimentar (Sánchez-Navarro et al., 2024).

Adicionalmente, problemas de governança, como o surgimento de "cooperativas de fachada", comprometem severamente a renda dos associados (Yang; Liu, 2025), enquanto dinâmicas internas podem gerar efeitos deletérios como *free riding* e perda de autonomia decisória (Li; Nielsen, 2025). Tais constrangimentos operam de forma diferenciada entre gêneros, afetando desproporcionalmente as agricultoras e fragilizando a coesão social (Sikwese et al., 2025).

Diante desse cenário, evidencia-se que os modelos empresariais tradicionais de avaliação de RSC são insuficientes para capturar a especificidade das CAFs, por desconsiderarem processos colaborativos e territoriais, bem como a sobrecarga de funções enfrentada pelos agricultores familiares. A avaliação da RSC nesse contexto demanda instrumentos alinhados aos princípios cooperativistas, sensíveis às diferenciações de gênero e porte, e capazes de refletir a materialização dos princípios cooperativos nas práticas cotidianas.

Assim, o objetivo geral deste artigo é realizar um levantamento sistemático-analítico da produção científica sobre os fundamentos conceituais e as diretrizes normativas da RSC nas CAFs, identificando as limitações das ferramentas hegemônicas e propondo uma reflexão teórica aprofundada sobre a necessidade de modelos avaliativos baseados na lógica organizacional cooperativa. Como objetivos específicos, busca-se: (I) sistematizar a literatura que articula inovação social e cooperativismo como base para a RSC em CAFs; (II) analisar as principais barreiras estruturais e de governança que afetam a implementação de práticas socialmente responsáveis nessas organizações; e (III) delinear diretrizes para a construção de instrumentos de avaliação compatíveis com a realidade da agricultura familiar.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se caracteriza como uma revisão sistemática da literatura, de natureza qualitativa e exploratória, estruturada a partir de um levantamento analítico da literatura concernente aos fundamentos conceituais da RSC e sua intersecção com o cooperativismo e a agricultura familiar. O presente trabalho foca na análise crítica, categorização e síntese epistemológica de constructos teóricos, diretrizes normativas e modelos de gestão amplamente consolidados na literatura.

Para a construção dessa base de dados, a busca foi conduzida nas bases Scopus e Web of Science (WoS), utilizando descritores relacionados à responsabilidade social e ao cooperativismo. Esse procedimento foi realizado nos campos título, resumo e palavras-chave, sem restrição temporal, utilizando operadores booleanos, conforme detalhado na tabela 1.

Tabela 1. Resultado das buscas nas bases de dados

Descritores	Scopus	WoS	Total	Duplos	Total
("social responsibility") AND (cooperatives OR co-operatives)	949	1139	2088	61	2027

Essa prospecção inicial gerou 2.088 registros, dos quais 61 duplicados foram excluídos, resultando em 2.027 artigos.

A análise preliminar das palavras-chave mais frequentes desse corpus inicial revelou, no entanto, um desvio temático expressivo: cerca de 25% dos termos estavam associados a áreas não diretamente relacionadas ao escopo do estudo, como saúde, educação e computação (um exemplo notável foi o termo "cooperative behavior").

Para corrigir essa dispersão e garantir a pertinência conceitual, realizou-se um rigoroso refinamento a partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, eliminando os estudos desalinhados. Foram excluídos estudos que: (I) não abordavam empresas cooperativas; (II) utilizavam o termo 'cooperative' em contextos comportamentais ou computacionais; (III) não tratavam de RSC ou sustentabilidade.

Esse processo de filtragem reduziu o portfólio para 1.289 publicações. A validação dessa amostra final evidenciou o alinhamento temático, com predominância clara de palavras-chave como "corporate social responsibility" (152 entradas), "cooperatives" (89 entradas) e "social responsibility" (53 entradas).

Para viabilizar a extração teórica a partir das 1.289 publicações, aplicou-se a etapa de ponderação da metodologia AlphaHReview (Leite Junior; Setti; de Resende, 2025). Os artigos foram hierarquizados por meio de três critérios bibliométricos: Ano de Publicação (peso 0,490), Fator de Impacto SJR (peso

0,312) e Número de Citações no Google Acadêmico (peso 0,198). A opção metodológica por priorizar a atualidade sobre as métricas tradicionais de prestígio baseou-se na premissa de que a literatura recente, em um campo em rápida expansão, já incorpora e atualiza os debates seminais.

O índice de consistência obtido foi de 0,05, valor inferior a 0,1, o que atesta a confiabilidade dos julgamentos (Gusenbauer; Haddaway, 2020). Após a normalização e a aplicação de um filtro no percentil superior de 30% da pontuação geral, o portfólio foi refinado para 241 artigos de alta relevância. Foi exclusivamente sobre esse subconjunto delimitado que recaiu a leitura analítica e a síntese apresentadas neste trabalho.

A Figura 1 apresenta o mapa de coocorrência de termos gerado pelo software VOSviewer a partir da análise bibliométrica. Nessa rede, cada nó representa uma palavra-chave, cujo tamanho é proporcional à sua frequência de ocorrência, enquanto as conexões indicam a intensidade das coocorrências entre os termos.

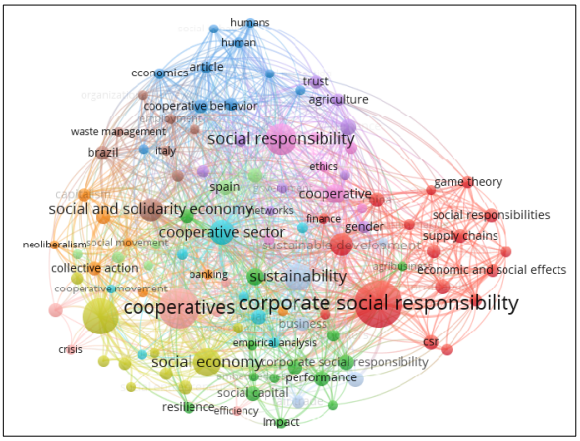

Figura 1. Clusters das palavras-chave obtidos no VOSviewer.

Observa-se a formação de múltiplos agrupamentos, destacando-se: (I) um cluster centrado na responsabilidade social corporativa e suas interfaces com cadeias produtivas e impactos socioeconômicos; (II) um cluster relacionado à sustentabilidade, desempenho e impacto organizacional; (III) um cluster vinculado à economia social e ao cooperativismo; e (IV) agrupamentos associados a dimensões comportamentais, institucionais e territoriais.

A estruturação visual da rede confirma a premissa de que o campo de estudo é marcado pela interdisciplinaridade, articulando de forma interconectada as dimensões econômica, social, ambiental e de governança. Além disso, a centralidade de destaque dos termos “cooperatives” e “corporate social responsibility” evidencia que a literatura científica já reconhece a relação da interface entre a RSC e o contexto cooperativista, o que corrobora o objetivo desta pesquisa. Contudo, a presença de clusters periféricos indica a existência de nichos de investigação ainda pouco dialogados entre si, sinalizando lacunas conceituais e metodológicas que futuras pesquisas poderão se propor a suprir.

Com o portfólio devidamente delimitado, o escopo da análise restringiu-se deliberadamente à extração dos fundamentos teóricos dessas publicações, conforme premissa de exclusão de procedimentos empíricos ou metodológicos de validação de campo, concentrando-se na revisão sistemática conceitual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso analítico sobre esse conjunto final adotou três eixos estruturantes: no primeiro, procedeu-se ao mapeamento da arquitetura organizacional do cooperativismo e da agricultura familiar, identificando suas especificidades e princípios normativos; no segundo, realizou-se um levantamento das ferramentas normativas, de medição/comunicação e de gestão da RSC predominantes no cenário corporativo global; no terceiro eixo, estabeleceu-se uma análise comparativa, avaliando a dissonância estrutural entre as métricas corporativas e a realidade das CAFs, culminando na identificação de abordagens teóricas alternativas que propõem a integração entre identidade cooperativa e sustentabilidade territorial (Tabela 2).

Tabela 2. Comparação entre modelos de RSC corporativos e cooperativistas

Dimensão	**Modelo Corporativo**	**Modelo Cooperativista**
Finalidade organizacional	Maximização do lucro	Geração de valor coletivo
Estrutura de governança	Hierárquica	Democrática (“um membro, um voto”)
Natureza dos stakeholders	Externos (investidores)	Multifuncionais (membros, clientes, fornecedores e comunidade)
Papel da RSC	Estratégia complementar	Dimensão constitutiva
Foco dos indicadores	Desempenho econômico-financeiro	Impacto social, territorial e relacional

A revisão da literatura demonstra que a agricultura familiar representa mais de 90% das propriedades rurais mundiais e é responsável por aproximadamente 80% do valor total dos alimentos

produzidos globalmente, constituindo-se como o principal impulsionador do desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da fome e de todas as formas de desnutrição (Wu et al., 2023; Montegut; Colom; Plana-Farran, 2024). Destaca-se nesse cenário a perspectiva da alimentação local, que visa conectar produtores e consumidores, desenvolvendo redes alimentares autossuficientes, melhorando a rentabilidade local e diminuindo os impactos ambientais (Mariosa et al., 2022).

Paradoxalmente, a vitalidade da agricultura familiar se opõe à lógica do agronegócio exportador. Apesar de sua importância, ela enfrenta ameaças como o avanço da soja e a concentração fundiária, uma vez que a concentração de capital nas fronteiras agrícolas cria obstáculos significativos para a entrada e permanência desses empreendimentos no mercado (Mariosa et al., 2022). Nesse contexto de desafios, as raízes econômicas do desejo dos agricultores de cooperar derivam da necessidade de aproveitar economias de escala, reduzir custos de transação e enfrentar falhas de mercado (De Matteis et al., 2024).

As oportunidades empreendedoras emergem, portanto, de dinâmicas coletivas, impulsionadas pela demanda, inovação e recursos disponíveis, exigindo uma transição para uma agricultura sustentável que conserve recursos, seja economicamente viável, socialmente aceitável e não degradante do ambiente (Niyazmetov; Soliev; Theesfeld, 2021). Essa realidade global se reproduz com particularidades no Brasil, onde a agricultura familiar assume contornos específicos de política pública.

No Brasil, conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar representa 23% da área total dos estabelecimentos agrícolas (aproximadamente 81 milhões de hectares). Os 3,9 milhões de estabelecimentos familiares geram cerca de 10,1 milhões de postos de trabalho, correspondendo a 67% da mão de obra do campo, e contribuem com 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional, sendo centrais para a dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. Esse reconhecimento culminou na Lei Federal nº 11.326/2006 e no Decreto nº 9.064/2017, que definem a agricultura familiar não apenas sob um caráter produtivo, mas social e territorial, consolidando a figura do "agricultor familiar" como sujeito de direitos a partir do PRONAF.

Para orientar a complexa tarefa de avaliar o impacto dessas organizações, a literatura aponta para abordagens holísticas. Conforme Calzada (2023), a partir de uma análise SWOT em comunidades rurais, desenvolveu-se oito recomendações de políticas para a RSC que funcionam como dimensões holísticas para a sustentabilidade territorial: (I) Sustentabilidade sistêmica, enfatizando competitividade e bem-estar de todos os atores do território; (II) Coesão social, focada na melhoria da qualidade de vida, com ênfase em gênero e populações vulneráveis; (III) Planejamento territorial, garantindo uso harmonioso e ecologicamente sustentável; (IV) Empreendedorismo rural, promovendo inovações organizacionais; (V) Inovação rural, baseada na aplicação colaborativa do conhecimento; (VI) Resiliência às mudanças climáticas; (VII) Equilíbrio rural-urbano, estabelecendo sinergias entre territórios; e (VIII) Governança, através de novas formas de codecisão participativa.

A ARQUITETURA DO CENÁRIO COOPERATIVISTA

As cooperativas, ao buscarem atender às necessidades de seus membros, desempenham papel relevante na reconfiguração da economia (Boland; Cooper; White, 2016). Sua essência diferencia-se substancialmente das empresas convencionais. Conforme a Aliança Cooperativa Internacional (ICA, 1995), uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e gerida democraticamente. Fundamentada em valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, essa definição estabelece o propósito e os processos decisórios que as distinguem das empresas orientadas pelo capital.

A dinâmica cooperativa é intensamente relacional, conferindo-lhes uma multifuncionalidade única: seus membros acumulam papéis de fornecedores, proprietários, clientes e prestadores de serviços. Essa sobreposição reforça vínculos socioeconômicos, reduz custos de transação e promove economias locais mais resilientes (Saz-Gil; Bretos; Díaz-Foncea, 2021).

Historicamente, o movimento é marcado por duas visões concorrentes: como grupo de ajuda mútua e como projeto econômico alternativo (Coba-Molina et al., 2019). Essa dualidade gera a problemática central da governança cooperativa, pois o mesmo indivíduo pode ter interesses conflitantes, exigindo gestão que equilibre eficiência econômica e expectativas sociais. Contudo, a literatura evidencia vantagens dessa estrutura, como melhor desempenho e menor desigualdade salarial em cooperativas de conhecimento (Novkovic, 2022) e o florescimento da gestão democrática em ambientes de baixa concorrência (Jaumier, 2017).

Para sustentar essa estrutura, o cooperativismo desenvolveu uma arquitetura institucional multinível complexa, que vai desde órgãos globais (ICA, OIT, ONU, FAO, COPAC) e continentais (ACI-

Américas), até níveis nacionais (OCB no Brasil) e setoriais/federativos (Unicafes, CNCoop, Federações). Essa rede legitima e mobiliza o movimento. A relevância global é inquestionável: as 300 maiores cooperativas faturaram cerca de 2,4 trilhões de dólares (ICA; EURICSE, 2024), mais de 12% da população mundial participa de cooperativas, gerando 280 milhões de empregos. O principal valor percebido, contudo, transcende o econômico, destacando-se a revitalização comunitária, melhoria nas relações familiares e sentido de propósito (Rincon-Roldan; Lopez-Cabrales, 2022).

OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS COMO EIXO NORMATIVO

Desde Rochdale (1844), diretrizes normativas moldaram a identidade do movimento (Birchall, 2022). A consolidação desses princípios converteu valores em práticas organizacionais, funcionando como núcleo normativo para administrar a tensão entre eficiência e valores sociais (Ferrer et al., 2024). A revisão sistemática destaca os sete princípios:

1. *Adesão voluntária e livre:* Sem discriminação de gênero, raça ou classe, promovendo inclusão social plena;
2. *Gestão democrática:* Controle pelos membros "um membro, um voto", assegurando equidade decisória;
3. *Participação econômica dos membros:* Capital próprio e controlado coletivamente, com distribuição justa de excedentes;
4. *Autonomia e independência:* Garantia de que alianças externas não comprometam o controle democrático;
5. *Educação, formação e informação:* Desenvolvimento contínuo do capital humano;
6. *Intercooperação:* Fortalecimento do movimento via redes solidárias locais, regionais, nacionais e internacionais;
7. *Interesse pela comunidade:* Contribuição ativa para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

A síntese analítica desses princípios demonstra que o compromisso social não é sobreposto ao negócio, mas é sua base fundadora. Contudo, à medida que as cooperativas crescem e se tornam heterogêneas, aumenta a dificuldade de garantir a coerência entre esses valores e as práticas cotidianas (Ghauri; Mazzarol; Soutar, 2024), gerando tensões específicas de governança que exigem análise cuidadosa.

A DISSONÂNCIA ESTRUTURAL: EVOLUÇÃO E FERRAMENTAS TRADICIONAIS DE RSC

A literatura mapeou a trajetória da RSC desde abordagens filantrópicas até sua concepção como gestão estratégica integrada. Discute-se que a reputação corporativa é moderada pela RSC, atuando como escudo contra crises. As ferramentas hegemônicas de RSC foram categorizadas em três grupos principais, todos revelando profunda inadequação ao contexto cooperativo (Tabela 3).

Tabela 3. Classificação das ferramentas de RSC

Categoria	Ferramenta	Tipo/Natureza
Ferramentas Normativas	Pirâmide de Carroll	Modelo conceitual
	Pacto Global da ONU	Framework normativo internacional
	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Agenda global estratégica
Medição e Comunicação	Global Reporting Initiative (GRI)	Sistema de indicadores e relatórios
	Indicadores Ethos	Sistema de autoavaliação
	Balanço Social	Relatório gerencial
	Modelo de Schinkel e Treuren	Modelo teórico-analítico
Ferramentas de Gestão	ISO 26000	Norma orientativa internacional
	NBR 16001	Norma certificável
	Avaliação do Ciclo de Vida Social Organizacional	Metodologia analítica
	Abordagem do Valor Compartilhado	Abordagem estratégica

Ferramentas normativas e diretrizes: A Pirâmide de Carroll hierarquiza responsabilidades (econômicas, legais, éticas e filantrópicas). O Pacto Global da ONU propõe dez princípios em direitos humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção. No entanto, essas diretrizes pressupõem uma organização verticalizada cujo propósito primário é o lucro, tratando o social como uma externalidade a ser gerida, o que contradiz a essência da cooperativa. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem um chamado global à prática ativa e continua da sustentabilidade, e apresenta várias abordagens e aproximações com o cooperativismo.

Ferramentas de medição e comunicação: A *Global Reporting Initiative* (GRI) estrutura relatórios em dimensões econômica, ambiental e social, focada na prestação de contas a investidores. O Instituto Ethos desenvolve indicadores de responsabilidade social empresarial. O Balanço Social (NBR 16001) visa demonstrar publicamente o compromisso social. A crítica central é que essas ferramentas seguem padrões empresariais tradicionais (Bodenstein; Fouché; Polo-Garrido, 2014) que não captam a identidade coletiva da cooperativa. A GRI, por exemplo, foca em *stakeholders* externos (acionistas), ignorando que na cooperativa o cooperado é simultaneamente dono, cliente e fornecedor.

Ferramentas de gestão: A ISO 26000 oferece diretrizes sobre responsabilidade social. A Avaliação do Ciclo de Vida Social Organizacional avalia impactos sociais ao longo da cadeia. A abordagem do Valor Compartilhado de Kramer e Porter (2011) busca reconectar o sucesso empresarial à comunidade. Entretanto, o desempenho ESG tornou-se crucial apenas diante de pressões de mercado (Gega et al., 2024), e a transposição dessas ferramentas ignora que, nas CAFs, a lógica operacional prioriza a viabilidade coletiva e a prestação de serviços sobre a maximização de lucros. Conforme evidenciado por Guerra e Quesada-Rubio (2014), os princípios cooperativos raramente são aplicados ou mensurados integralmente por essas ferramentas corporativas.

MODELOS ESPECÍFICOS DE RSC PARA COOPERATIVAS

Frente as limitações estruturais apontadas, este estudo identificou abordagens teóricas que buscam aproximar a RSC da lógica organizacional cooperativa, embora ainda enfrentem desafios metodológicos.

A *Abordagem da Sustentabilidade Tangível* argumenta que a sustentabilidade em cooperativas deve ser baseada no aprendizado contínuo a partir das interações com a comunidade de (Zadek, 2004), adaptando-se aos problemas locais. A *Abordagem de Gutberlet* (2021) enfatiza a participação e o empoderamento comunitário como métricas centrais. A *Abordagem de Asmara* propõe a redefinição das categorias de *stakeholders* cooperativos (membros, trabalhadores, comunidade, Estado), criando avaliações específicas para cada cluster.

O *Co-operative Sustainability Scorecard* propõe um *balanced scorecard* que inclui, além de finanças, métricas explícitas para a saúde democrática e o capital humano. O *Social Responsibility and the Co-operative Social Audit* foca na auditoria interna baseada em valores. O *Modelo de Molina* representa uma das tentativas mais estruturadas, propondo avaliar o nível de conformidade da cooperativa em duas grandes vertentes: o nível de conformidade com os princípios cooperativos e o nível de conformidade por subdimensões da responsabilidade social.

Entre as abordagens analisadas, o *Modelo de Molina* oferece a estrutura mais completa por articular princípios cooperativos e subdimensões da RSC. No entanto, todas carecem de validação empírica em CAFs. A Abordagem de Gutberlet (2021), embora menos estruturada, tem a vantagem de focar na participação comunitária, alinhando-se à realidade da agricultura familiar.

Notadamente, modelos como o de Gutberlet e a Sustentabilidade Tangível operam sob uma lógica estruturalmente análoga à inovação social, ao deslocarem o eixo da avaliação de métricas para empresas de capital para a criação de valor coletivo e o empoderamento comunitário.

Apesar do avanço conceitual desses modelos, as considerações metodológicas da literatura indicam que eles frequentemente sofrem de complexidade excessiva. Pequenas CAFs enfrentam limitações estruturais crônicas para gerir impactos sociais devido à sobrecarga de funções dos produtores, e resistências culturais e limitações financeiras permanecem como barreiras à adoção de práticas de sustentabilidade (Magalhães et al., 2025). Constatou-se, portanto, que as dificuldades enfrentadas pelas CAFs manifestam-se de forma diferenciada entre gêneros, portes e amadurecimentos organizacionais, exigindo abordagens analíticas altamente sensíveis.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo indicam que, no contexto das Cooperativas de Agricultura Familiar (CAFs), a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) não deve ser tratada como um elemento periférico ou estratégico de mercado, mas sim como parte constitutiva da própria identidade organizacional dessas entidades. Essa constatação revela uma lacuna relevante na literatura, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

Os dados obtidos sugerem que os modelos predominantes no campo corporativo — concebidos sob a lógica da maximização do valor ao acionista e operacionalizados por meio de frameworks como a Pirâmide de Carroll, a GRI ou a ISO 26000 — mostram-se pouco adequados para capturar a especificidade das cooperativas. Em contraste, os sete princípios do cooperativismo oferecem uma compreensão da responsabilidade social que, em vários aspectos, vai além da perspectiva empresarial convencional, ao articular, de maneira indissociável, desenvolvimento econômico, justiça social, gestão democrática e desenvolvimento territorial.

A análise também evidenciou uma aproximação consistente entre os fundamentos do cooperativismo

e os pressupostos da inovação social, o que permite posicionar este último referencial como um enquadramento analítico mais apropriado para o estudo das práticas de RSC em CAFs. Isso se deve, sobretudo, à ênfase da inovação social na criação de valor coletivo e no reconhecimento das comunidades como agentes ativos nos processos de transformação social.

A tentativa de enquadrar cooperativas por modelos derivados de empresas capitalistas ignora a heterogeneidade de motivações e a multifuncionalidade dos membros, perpetuando a tensão entre a identidade distintiva do cooperativismo e suas práticas cotidianas. As ferramentas de medição atuais apresentam limitações para capturar a governança democrática ("um membro, um voto"), o poder de barganha coletivo e a redução de assimetrias de informação, que são os verdadeiros outputs da RSC cooperativa.

Como contribuição teórica e metodológica, este estudo reforça que o desenvolvimento de indicadores para as CAFs deve abandonar as adaptações de métricas corporativas. Em vez disso, as futuras metodologias de avaliação devem ser desenhadas a partir da própria arquitetura principiológica da ICA e de frameworks de sustentabilidade territorial, como as oito dimensões de Calzada.

A pesquisa demonstra que é imperativo reconhecer as especificidades de gênero, os desafios e as limitações estruturais das CAFs, transformando a avaliação da RSC em um instrumento genuíno de fortalecimento da autonomia, da transparência e da governança democrática. Assim, a Engenharia de Produção consolida seu papel não apenas como ciência da eficiência fabril, mas como disciplina fundamental para a estruturação de modelos organizacionais que promovam a inclusão produtiva e a sustentabilidade sistêmica.

Ao substituir a lógica orientada ao investidor por uma lógica centrada na identidade cooperativa, este trabalho contribui para a redefinição dos fundamentos da avaliação da sustentabilidade em organizações cooperativas. Tal inflexão não apenas amplia o campo teórico da responsabilidade social, mas também oferece subsídios para o desenvolvimento de instrumentos mais aderentes à realidade das CAFs, reforçando seu papel como vetores de transformação socioeconômica e territorial.

REFERÊNCIAS

Asmara, Teguh Tresna Puja et al. Corporate Social Responsibility and Cooperatives Business Sustainability in Indonesia: Legal Perspective. Sustainability, [s. l.], v. 15, n. 7, 2023.

Basterretxea, I.; Cornforth, C.; Heras-Saizarbitoria, I. Corporate governance in cooperatives: The implications of the distinctive cooperative model. *Annals of Public and Cooperative Economics*, v. 93, n. 1, p. 5-28, 2022.

Birchall, J. The historic and recent international development of co-operative principles. *Journal of Co-operative Studies*, v. 55, n. 2, p. 6-21, 2022.

Bodenstein, T.; Fouché, C.; Polo-Garrido, F. Sustainability reporting in co-operatives: A study of Argentinean co-operatives. *Journal of Co-operative Organization and Management*, v. 2, n. 2, p. 70-78, 2014.

Boland, M.; Cooper, H.; White, L. The role of co-operatives in the global economy. *Journal of Co-operative Organization and Management*, v. 4, n. 2, p. 45-51, 2016.

Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

Cajaiba-Santana, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 82, p. 42-51, 2014.

Calzada, I. Revisiting (Un)Sustainable Smart Cities through the 'Algorithmic' and 'Relational' Lenses: A SWOT Analysis in Pandemic Times. *Sustainability*, v. 15, n. 4, p. 3627, 2023.

Coba-Molina, C. et al. Cooperative identity and the organizational duality: A historical perspective. *Annals of Public and Cooperative Economics*, v. 90, n. 3, p. 435-452, 2019.

De Matteis, G. et al. Family farming cooperatives and sustainability transitions: A systematic review. *Journal of Rural Studies*, v. 102, p. 103-115, 2024.

Ferrer, M. et al. The integration of social and economic objectives in cooperative principles: A qualitative analysis. *Cooperatives*, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2024.

Garcia-Muiña, F. E. et al. Social innovation: An analytical framework for technological impact. *Journal of Business Research*, v. 89, p. 114-120, 2018.

Gega, E. et al. ESG performance in agri-food cooperatives: Challenges and opportunities. *Sustainability*, v. 16, n. 3, p. 1234, 2024.

Ghauri, P.; Mazzarol, T.; Soutar, G. Examining the coherence between cooperative identity and practices: A measurement framework. *Journal of Co-operative Organization and Management*, v. 12, n. 1, 2024.

Grisa, C.; Schneider, S. Três décadas de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: avanços e desafios. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 35, n. 2, p. 52-70, 2015.

Guerra, L. M. M.; Quesada-Rubio, J. M. Análisis de la aplicación de los principios cooperativos en las sociedades cooperativas agrarias de España. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 79, p. 195-224, 2014.

Gutberlet, J. Grassroots waste picker organizations addressing the UN sustainable development goals. World Development, v. 138, p. 105195, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105195.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ICA - International Co-operative Alliance. *Statement on the Co-operative Identity*. Bruxelas: ICA, 1995.

ICA; EURICSE. *World Cooperative Monitor*. Bruxelas: ICA, 2024.

Jaumier, S. Democratic governance in cooperatives: The effects of market competition. *Journal of Business Ethics*, v. 144, n. 4, p. 813-825, 2017.

Karima, A. et al. Social innovation and value creation in cooperative enterprises. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, v. 30, n. 1, p. 112-130, 2024.

Leite Junior, J.H., Setti, D. & de Resende, L.M.M. AlphaHReview: an integrated multi-criteria methodology for ranking publications in systematic literature reviews. Scientometrics 130, 6541–6578, 2025. https://doi.org/10.1007/s11192-025-05485-x

Li, J.; Nielsen, R. Free-riding and decision-making autonomy in agricultural cooperatives. *British Food Journal*, v. 127, n. 2, p. 456-470, 2025.

Magalhães, R. et al. Barriers to sustainability in Brazilian cooperatives: Cultural resistance and financial constraints. *Sustainable Development*, v. 33, n. 1, p. 201-215, 2025.

Mariosa, D. et al. Local food systems and family farming: Overcoming agribusiness constraints. *Food Policy*, v. 108, p. 102-114, 2022.

Molina, Edisson Coba *et al.* Social Responsibility Web System as a Management and Dissemination Tool for Cooperative Principles. In: Fifth International Conference on eDemocracy & eGovernment (ICEDEG), 2018, Quito. Anais. Quito: IEEE, 2018. p. 38-45. Disponível em: https://doi.org/10.1109/ICEDEG.2018.8372313.

Montegut, E.; Colom, X.; Plana-Farran, J. The role of family farming in sustainable food systems: A global perspective. *Agricultural Systems*, v. 204, p. 103-115, 2024.

Mulgan, G. et al. *Social Innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Said Business School, 2007.

Niyazmetov, D.; Soliev, A.; Theesfeld, I. Sustainable agriculture transitions in family farms. *Journal of Rural Studies*, v. 85, p. 120-132, 2021.

Novkovic, S. Knowledge-intensive cooperatives and wage inequality. *Journal of Economic Issues*, v. 56, n. 2, p. 445-465, 2022.

KRAMER, Mark R.; PORTER, Michael. Creating shared value. Boston, MA: FSG, 2011.

Rincon-Roldan, S.; Lopez-Cabrales, A. Non-economic benefits in cooperative membership. *Employee Relations*, v. 44, n. 5, p. 1123-1140, 2022.

Sabourin, E. Agricultura familiar e cooperativismo: desafios para a construção de territórios sustentáveis. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 37, n. 2, p. 08-25, 2017.

Sánchez-Navarro, M. et al. Information asymmetries and sustainability in family farming supply chains. *Food Policy*, v. 118, p. 102-114, 2024.

Saz-Gil, M.; Bretos, I.; Díaz-Foncea, M. The multifunctionality of cooperatives: Social and economic integration in rural areas. *Journal of Rural Studies*, v. 82, p. 112-124, 2021.

Sikwese, F. et al. Gendered constraints in family farming cooperatives: A systematic review. *Journal of Rural Studies*, v. 101, p. 230-241, 2025.

UN - United Nations. *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Wu, J. et al. Global importance of family farming and its contribution to food security. *Nature Food*, v. 4, n. 5, p. 345-356, 2023.

Yang, H.; Liu, Y. Governance challenges and 'fake cooperatives' in rural supply chains. *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, v. 15, n. 1, p. 112-125, 2025.

Zadek, S. (2004). *The path to corporate responsibility*. Harvard Business Review.